

SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

No dia 23 de maio, finalmente, o Conselho Fiscal entregou ao Sind-Justiça o relatório das contas de 2022. Depois de serem cobrados por 5 meses, aguardaram iniciarmos as assembleias em curso, em que percorremos todo o Estado para aprovação da aquisição da nova sede de lazer, para entregar o relatório, porque isso nos obriga a aguardar terminar as assembleias atuais, para abertura de novas assembleias em todo o estado, dobrando os gastos do Sindicato e fazendo retardar a aprovação, para que explorem politicamente o vergonhosos relatório político de um conselho fiscal parcial e tendencioso, formado pela oposição. Mesma estratégia que usaram no ano passado, em que a oposição ainda sugeriu a reprovação das contas, alegando que o Sindicato demorou a fazer as assembleias por causa do atraso do Conselho Fiscal.

O relatório, na verdade, é uma repetição do laudo político que fizeram no ano passado, requeitando as mesmas histórias do já exaustivamente explicado ressarcimento de despesas, pelos mesmos motivos, com a mesma má-fé e totalmente divergente do posicionamento deste mesmo conselho fiscal fez, ao analisar as contas da diretoria anterior.

Como todos sabem, o conselho fiscal é composto por pessoas que fazem clara oposição à atual direção sindical (Edson Sardinha, Paulo Roberto e Tatiana, que, assim como Sardinha, sequer compareceu ao Sind para ver as contas.

O relatório refere-se, de forma repetitiva, basicamente a 5 pontos:

- 1) Conta do telefone do diretor geral Alzimar (R\$ 249,99)** – O diretor geral Alzimar, como é de conhecimento da categoria, atende a todos os servidores 24h por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, levando esclarecimentos e informações a qualquer tempo. O comprovante é encaminhado todos os meses, então o conselho fiscal sequer pode usar a desculpa de que não tem comprovante. Parece que o conselho fiscal entende que o diretor tem que pagar do seu bolso para atender a categoria. O curioso é que a diretoria anterior, que acabou com o caixa do Sindicato, tinha as mesmas despesas e o conselho fiscal nunca achou nada de errado nisso, o que reforça o cunho politiquero do relatório. Vejamos as despesas apenas dos diretores gerais da diretoria anterior, que, para o conselho fiscal, não tem nada de errado:

Claudia Salgado: R\$ 4.910,92

Tony Vieitas: R\$ 3.620,88

José Carlos Arruda: R\$ 5.240,56

O que fez o Conselho Fiscal em relação a isso? Nada, porque, quando analisam as contas de amigos, o Conselho Fiscal acha normal o ressarcimento das despesas com telefone a serviço do Sindicato.

2) Ajuda de custo para alimentação de diretores aposentados: outra matéria requestrada do relatório político do ano anterior, já exaustivamente explicada e, inclusive, **aprovada pela categoria no último congresso**. O Sind-Justiça SEMPRE pagou ajuda de custo de alimentação para os diretores aposentados, por um motivo óbvio: assim como os diretores ativos, eles não recebem absolutamente nenhum centavo para trabalhar no Sindicato, com a diferença de que os diretores ativos recebem auxílio-alimentação do Tribunal. Então, por uma questão de bom senso, o Sind SEMPRE PAGOU o auxílio-alimentação aos diretores aposentados, porque eles vêm trabalhar no Sindicato todos os dias e não seria correto exigir que pagassem o almoço na rua do seu próprio bolso, para trabalhar pela categoria. SEMPRE foi assim. Porém, estranhamente, somente nas nossas gestões, o conselho fiscal acha absurdo. O conselho fiscal quer exigir que o diretor aposentado comprove que almoça, exigência que nem o Tribunal faz dos servidores ativos. Ou seja, servidor ativo pode comer sem comprovar. Servidor aposentado só come se puder comprovar que comeu. E isso só ocorre quando analisam as nossas contas, porque na diretoria anterior, os diretores aposentados recebiam a MESMA ajuda de custo e o conselho fiscal achava normal. Temos, atualmente, apenas DUAS diretoras aposentadas que recebem a ajuda de custo para alimentação: A diretora de Aposentados Mariangela e a Diretora Regional Magali. A diretoria anterior possuía cinco diretores que recebiam a mesma ajuda para alimentação dos aposentados, o que nunca incomodou o conselho fiscal. Vejam quanto a diretoria anterior gastou de 2018 a 2020 em ajuda de custo para alimentação de diretor aposentado:

Claudia Salgado: R\$ 45.170,00

Carlos Venâncio: R\$ 45.060,00

Suzana Barbosa: R\$ 43.920,00

Vera Lúcia Lírio: R\$ 43.920,00

Juçara Mero: R\$ 43.920,00

O que fez o Conselho Fiscal em relação a isso? Nada, porque, quando analisam as contas de amigos, o Conselho Fiscal acha normal o diretor aposentado receber ajuda de custo para almoçar quando trabalha pro sindicato.

3) ALIMENTAÇÃO NOTURNA: Na atual diretoria, apenas 2 (dois) recebem a ajuda de custo de alimentação noturna, porque, frequentemente, só saem do Sind altas horas da noite, por conta das muitas reuniões e informações que prestam à categoria. Quando fazemos o Sind Itinerante, por exemplo, muitas vezes saímos do Sind às 6h da

manhã e voltamos tarde da noite, devido à distância de algumas Comarcas. Da mesma forma quando temos que fazer notas urgentes à categoria e saímos do Sindicato após as 23h. É por isso que precisamos nos alimentar à noite, porque estamos trabalhando pela categoria, enquanto todos já estão dormindo e com suas famílias. O curioso é que o Sind sempre pagou a refeição noturna dos diretores, inclusive na diretoria anterior, em que não se trabalhava deste jeito. Frequentemente, saímos tarde do Sind e nem sempre há locais decentes abertos, o que nos obriga a comer em barracas de rua ou outros locais improvisados. Mas, novamente, o que chama a atenção é que o Sind SEMPRE fez este ressarcimento, mas somente em nossa gestão isso incomoda ao conselho fiscal. Temos, hoje, dois diretores que recebem a ajuda de custo. Vejamos as despesas com alimentação noturna dos **diretores da gestão anterior**, quando a ajuda era paga a **SETE** diretores, sem que isso incomodasse o conselho fiscal:

ALIMENTAÇÃO NOTURNA:

Aurélio Lorenz: R\$ 33.090,00

Claudia Salgado: R\$ 23.760,00

Tony Vieitas: R\$ 20.493,11

José Carlos Arruda: R\$ 18.549,27

Ana Paula do Couto: R\$ 10.200,00

Suzana Barbosa: R\$ 2.622,00

Vera Lúcia Lírio: R\$ 12.960,00

O que fez o Conselho Fiscal em relação a isso? Nada, porque, quando analisam as contas de amigos, o Conselho Fiscal acha normal que o diretor receba ajuda de custo para jantar quando está a serviço do Sindicato.

- 4) AJUDA DE MORADIA: Assunto repisado pelo Conselho Fiscal, que tenta novamente explorar politicamente o assunto. Vamos explicar NOVAMENTE o que eles já sabem: Na diretoria atual, que trabalha de fato, temos DOIS diretores que trabalham TODOS OS DIAS na sede do Sindicato e que moram em outras cidades. A ajuda de custo para que possam estar no Sindicato todos os dias é paga somente a estes dois. Na diretoria anterior, havia pelo menos 5 (CINCO) diretores que recebiam a mesma ajuda de custo, incluindo o famoso caso da diretora oficial de justiça de Campos, Ana Paula, que nunca morou aqui na Capital, não frequentava o sindicato, não tinha sequer licença sindical para estar no Rio em dia de trabalho e, mesmo assim, recebia a mesma ajuda de custo. Esta informação está no relatório que fizemos quando tomamos posse em 2021 e foi entregue a este mesmo conselho fiscal. O que foi feito sobre isso? Nada! Tudo é normal para o conselho fiscal quando se trata dos amigos da diretoria anterior. Mas, no nosso caso, qual a sugestão do conselho fiscal? O que deve fazer um Diretor que mora em uma cidade distante 130 quilômetros, chega no Sindicato todo dia pela manhã cedo e só sai depois das 22h? Viajar para casa a esta hora todos os dias ou, quem sabe, pagar do próprio bolso um aluguel no Rio para se sacrificar ainda mais pela categoria? Além de trabalhar de graça para a categoria, o Conselho quer que os dois diretores paguem do próprio bolso para trabalhar, enquanto os cinco diretores da

diretoria anterior não precisaram fazer isso? Qual a lógica e a moralidade disso? O conselheiro sardinha, membro deste conselho fiscal, esqueceu de contar à categoria no relatório, mas ele perguntou ao diretor financeiro do Sindicato se não seria possível ter uma “ajudazinha de custo” para os membros do próprio Conselho. Aí, seria normal? Vejamos quanto custou a “ajuda de moradia” paga pela diretoria anterior a alguns de seus diretores:

- Aurélio Lorenz: R\$ 57.000,00
- Claudia Salgado: R\$ 65.000,00
- Ana Paula do Couto: R\$ 32.500,00 (nunca sequer morou no Rio para fazer jus à ajuda de moradia)

O que fez o Conselho Fiscal em relação a isso? Nada, porque, quando analisam as contas de amigos, o Conselho Fiscal acha normal.

- 5) **MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS:** Os carros do Sind são usados para assembleias, trabalho de base e audiências dos advogados em todo o Estado. Na diretoria anterior, havia a prática de os carros do Sind buscarem diretores em casa e levarem os diretores para suas casas novamente, obrigando os motoristas todas as semanas a buscar e levar diretores, principalmente em Campos, saindo de lá de madrugada. Não fazemos isso em nossa gestão. Cada diretor usa o seu próprio carro, porque ninguém aqui tem motorista particular. Isso causa um desgaste óbvio do veículo, a serviço do Sindicato. Apenas dois diretores da gestão atual precisaram de ressarcimento. Na diretoria anterior, havia pelo menos CINCO diretores que recebiam ressarcimento por manutenção, sem que isso incomodasse o conselho fiscal. O curioso é que isso sempre foi ressarcido pelo Sind, mas só incomoda o Conselho Fiscal em nossa gestão. Na diretoria anterior, apenas uma ex-diretora recebeu cerca de 20 mil reais entre manutenção e estacionamento e isso não incomodou nenhum conselho fiscal. Em 3 anos de nossa gestão, o conselho fiscal aponta uma despesa de 4,2 mil reais com manutenção dos veículos de um diretor, o que dá uma média de 1,4 mil por ano, ou cerca de 100 reais por mês. Vejamos as despesas com a diretoria anterior, inclusive com o pagamento de estacionamentos para C INCO ex-diretores, que somaram cerca de 70 mil reais, sem que isso incomodasse o conselho fiscal, já que era uma diretoria amiga do conselho fiscal:

Claudia Salgado - Manutenção de veículo: R\$ 15.186,86

Claudia Salgado - Estacionamentos R\$ 13.801,00

José Carlos Arruda – Manutenção: R\$ 4.800,60

José Carlos Arruda – Estacionamento: R\$ 2.770,00

Carlos Venâncio - Manutenção: R\$ 490,00

Carlos Venâncio – Estacionamento: R\$ 901,00

Vera Lúcia Lírio – Manutenção: R\$ 17.941,69

Vera Lúcia Lírio – Estacionamento: R\$ 2.244,50
Gabriela Garrido – Manutenção: R\$ 6.652,27
Gabriela Garrido – Estacionamento: R\$ 2.403,00

O que fez o Conselho Fiscal em relação a isso? Nada, porque, quando analisam as contas de amigos, o Conselho Fiscal acha normal.

Com base neste “relatório”, o conselho fiscal sugere, novamente, a reprovação das despesas de ressarcimento dos diretores apontadas acima e sugere que os diretores façam o ressarcimento das despesas ao Sindicato. Ou seja, o conselho político/fiscal quer que a diretoria atual pague do próprio bolso para morar em outra cidade, trabalhar de graça pela categoria e ainda pague a conta de telefone para se comunicar a qualquer hora com os servidores, enquanto a diretoria anterior, além de não ter que ressarcir nada, tinham as mesmas despesas, acabaram com o caixa do sindicato e, ATÉ HOJE, NÃO TIVERAM SEQUER AS CONTAS DE 2020 ANALISADAS PELO CONSELHO FISCAL.

Notem que tudo o que eles apontam são despesas de ressarcimento que todas as diretorias anteriores também tiveram, nunca tendo indicativo de reprovação de contas por isso. Não há, em nossa gestão, e nem poderia haver, um único relato de irregularidade, desvio ou mau uso dos recursos, como os que ocorreram em profusão na diretoria anterior, em que os diretores eram amigos de militância dos membros do conselho fiscal. Vejamos os absurdos que ocorreram na diretoria anterior, em que O CONSELHO FISCAL SEQUER QUIS ANALISAR AS CONTAS DE 2020 (até hoje não analisadas), de tão vergonhosas, para proteger os amigos:

- Gasto de meio milhão de reais com empresa de Curitiba
- “Auditoria” fajuta de 50 mil reais durante a campanha eleitoral, paga irregularmente com recursos do fundo contingencial
- Uso irregular do Fundo Contingencial, no valor de quase um milhão de reais
- Rombo de 338 mil reais no Fundo de Greve
- Uso indevido do Fundo de Greve de quase 3 milhões de reais
- Contratação de empresa Junior para fazer plano de cargos para funcionários do Sind e novo sistema de informática, AMBOS NUNCA ENTREGUES, que custaram quase 100 mil reais
- Uso do FUNDO CONTINGENCIAL para emprestar dinheiro para os amigos das chapas de oposição de sindicatos de outros estados. Só os amigos da Bahia levaram 35 mil reais, nunca devolvidos
- Uso do Fundo contingencial para ajudar chapa de sindicato dos bancários do Maranhão, escola de samba de Campos, peça de teatro etc
- Pagamento de assessor particular para o ex-diretor jurídico
- Pagamento de advogado particular para o ex-diretor jurídico

- Cartão de crédito corporativo na mão de diretores, em que apenas UMA das faturas, que pagamos em janeiro de 2021, quando assumimos, foi de R\$ 100 mil reais
- Gasto de 30 mil reais (só em 2020) em passagens aéreas para diretores e amigos do Maranhão, quando não havia nenhum movimento sindical, por conta da pandemia.
- Aluguel de diretora que morava em Campos, a 400 km do Sindicato, e mesmo assim tinha um imóvel pago pelo Sind-Justiça em Niterói

Isso é apenas um resumo do que foi a farra da diretoria anterior, cujo relatório encaminhamos a este mesmo conselho fiscal, que não viu nada de errado e nada aconteceu. Isso, sim, são irregularidades; ressarcir despesa de diretor que trabalha pelo Sindicato, não.

Por que o conselho fiscal não nos acusa de algo desonesto, irregular, desvio de recursos, doações para amigos, terceirizações irregulares, uso irregular do fundo contingencial, doações para escola de samba, pagamento de viagens pelo país para amigos, pagamento de camarão para amigos pessoais, rombo no fundo de greve...? Não acusa porque isso não acontece em nossa gestão. Temos uma gestão séria e honesta. O resultado é que recuperamos o caixa e a credibilidade do Sindicato junto à categoria e à Administração, o que se reflete no ingresso de 85 novas filiações a cada mês.

Uma gestão séria que permite que o Sind possa planejar passeios permanentes para os aposentados; aquisição de nova sede na praia; aquisição de nova frota de veículos; reforma do auditório; troca de computadores, ar condicionado e cadeiras do Sind; cumprimento da data-base dos funcionários do Sindicato, o que não foi respeitado pela diretoria anterior, para quem a prioridade era gastar meio milhão de reais com a empresa de amigos militantes; reconstrução do Fundo Contingencial e do Fundo de Greve, que foram usados de forma irregular na gestão anterior etc

Só resta a este conselho fiscal tentar dar ares de “escândalo” a ressarcimentos de despesas obrigatórias que **sempre foram feitas** pelo Sind, mesma estratégia requeitada do ano passado, com o mesmo objetivo: preparar o caminho para seus amigos da diretoria anterior voltarem a comandar o Sindicato e reinstalar a farra com o dinheiro da categoria.

Tudo isso já foi explicado a este mesmo conselho no ano passado. É tudo requeitado, porque eles não têm mais o que falar. E eles sabem que a própria categoria, no congresso, já decidiu que é de responsabilidade, sim, do Sindicato, ressarcir estas despesas. E nem poderia ser diferente, porque se o Sindicato não ressarcir as despesas de moradia de quem é do interior, por exemplo, estaremos fadados a ter sempre um diretoria de servidores da Capital. E este é o

objetivo deles. Mas, como o conselho fiscal tem outros interesses, eleitorais, eles voltam ao mesmo assunto, para forçar a reprovação das contas de uma diretoria honesta e séria.

Por fim, causa surpresa que tenhamos recebido o relatório do conselho fiscal no dia 23 e, na mesma data, antes que divulgássemos, alguns da oposição já estavam compartilhando o relatório em grupos de servidores, antes mesmo que respondêssemos, o que reforça o que todos já sabemos: o conselho fiscal espalhou o relatório previamente para os indivíduos da oposição, para uso político.

Para desespero deles, em nossa gestão, e não é mais do que a nossa obrigação, não há um único centavo desviado ou gasto de forma irregular. Mesmo assim, o conselho fiscal sugere a reprovação das contas. É uma vergonha que as pessoas se sujeitem a este papel em nome de ódios ideológicos e interesses eleitoreiros. Todos sabem que o interesse deste conselho fiscal, que é formado por amigos da diretoria anterior, é tornar inelegível a nossa diretoria, para que os seus amigos possam retornar e terminar a destruição do Sindicato com o retorno da sua gestão temerária e irresponsável. Não conseguirão.

SIND-JUSTIÇA

DIREÇÃO GERAL

Alzimar Andrade

Abraão Lincon

André Parkinson